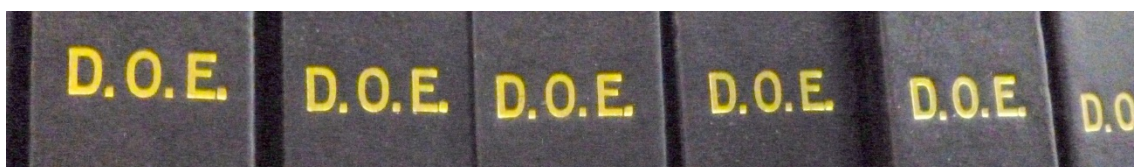




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
BIBLIOTECA DA CASA CIVIL



**LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO:
ANÁLISE DAS NORMAS PUBLICADAS EM 2011**

São Paulo
Abril / 2012



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
BIBLIOTECA DA CASA CIVIL

Sumário

Apresentação	3
Análise das normas	4
Anexo I – Temas mais frequentes das normas	10
Anexo II – Ações Diretas de Inconstitucionalidade	11
Referências	12



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
BIBLIOTECA DA CASA CIVIL

Apresentação

A Biblioteca da Casa Civil – que tem por competência acompanhar e divulgar a legislação estadual publicada – elabora, pelo quarto ano consecutivo, o perfil da produção legislativa do Estado.

No presente estudo, consideramos as emendas constitucionais, as leis (complementares e ordinárias) e os decretos (do Legislativo e do Executivo). Procuramos representar, em tabelas e gráficos, a quantidade de normas jurídicas geradas no período, os temas, as iniciativas e o tempo de tramitação.

Buscamos aperfeiçoar a publicação a cada edição, de acordo com as necessidades dos usuários. Críticas e sugestões serão sempre bem-vindas.

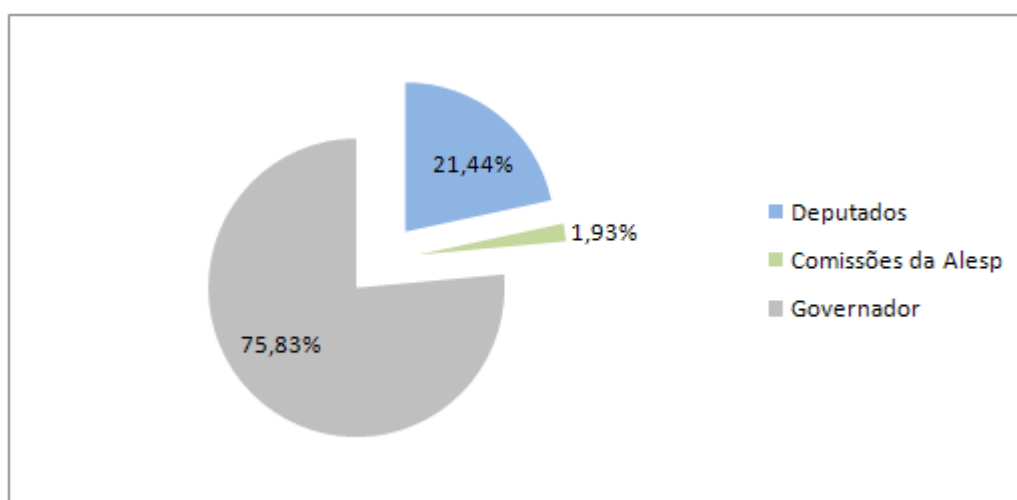
Abril de 2012.

Equipe da Biblioteca da Casa Civil.

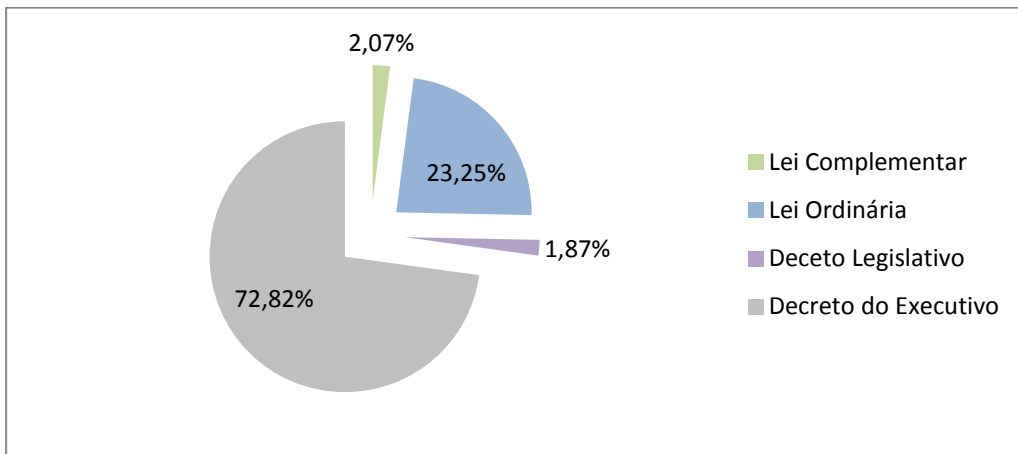
T1. Iniciativa das normas jurídicas geradas

TIPO DE NORMA	Deputados	Comissões da Assembleia Legislativa	Mesa Diretora da Assembleia Legislativa	Governador	Tribunal de Justiça	Procurador-Geral de Justiça	Iniciativa popular	TOTAL
Emenda Constitucional	1	-	-	0	-	-	0	1
Lei Complementar	1	-	2	23	3	2	0	31
Lei Ordinária	320	1	3	23	2	0	0	349
Decreto Legislativo	0	28	0	-	-	-	-	28
Decreto do Executivo	-	-	-	1093	-	-	-	1093
TOTAL	322	29	5	1139	5	2	0	1502

G1. Iniciativa das normas jurídicas geradas



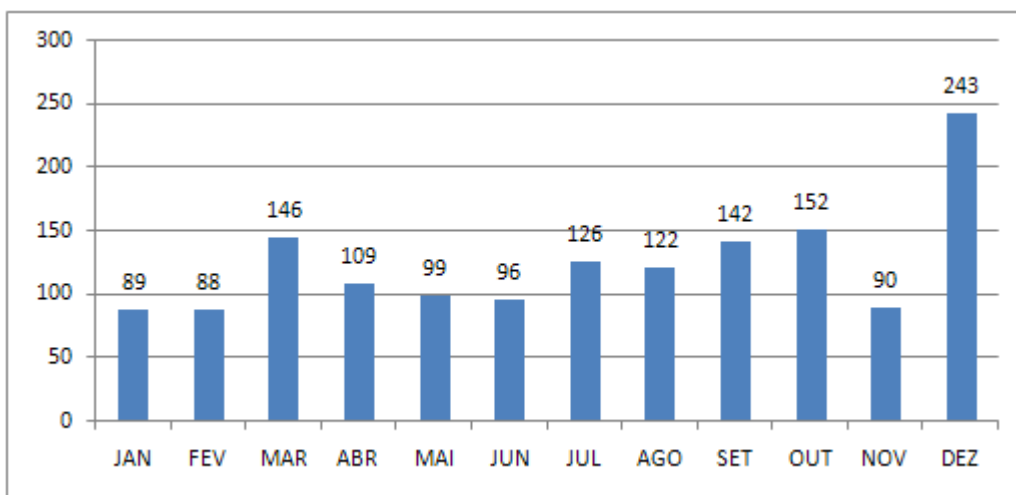
G2. Tipo das normas jurídicas geradas



T2. Número de normas jurídicas geradas por mês

TIPO DE NORMA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Emenda Constitucional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Lei Complementar	0	2	1	2	2	4	3	1	2	8	0	6	31
Lei Ordinária	11	2	43	36	35	12	35	6	43	53	13	60	349
Decreto Legislativo	0	0	1	0	0	17	0	0	0	6	1	3	28
Decreto do Executivo	78	84	101	71	62	63	88	115	97	85	75	174	1093
TOTAL	89	88	146	109	99	96	126	122	142	152	90	243	1502

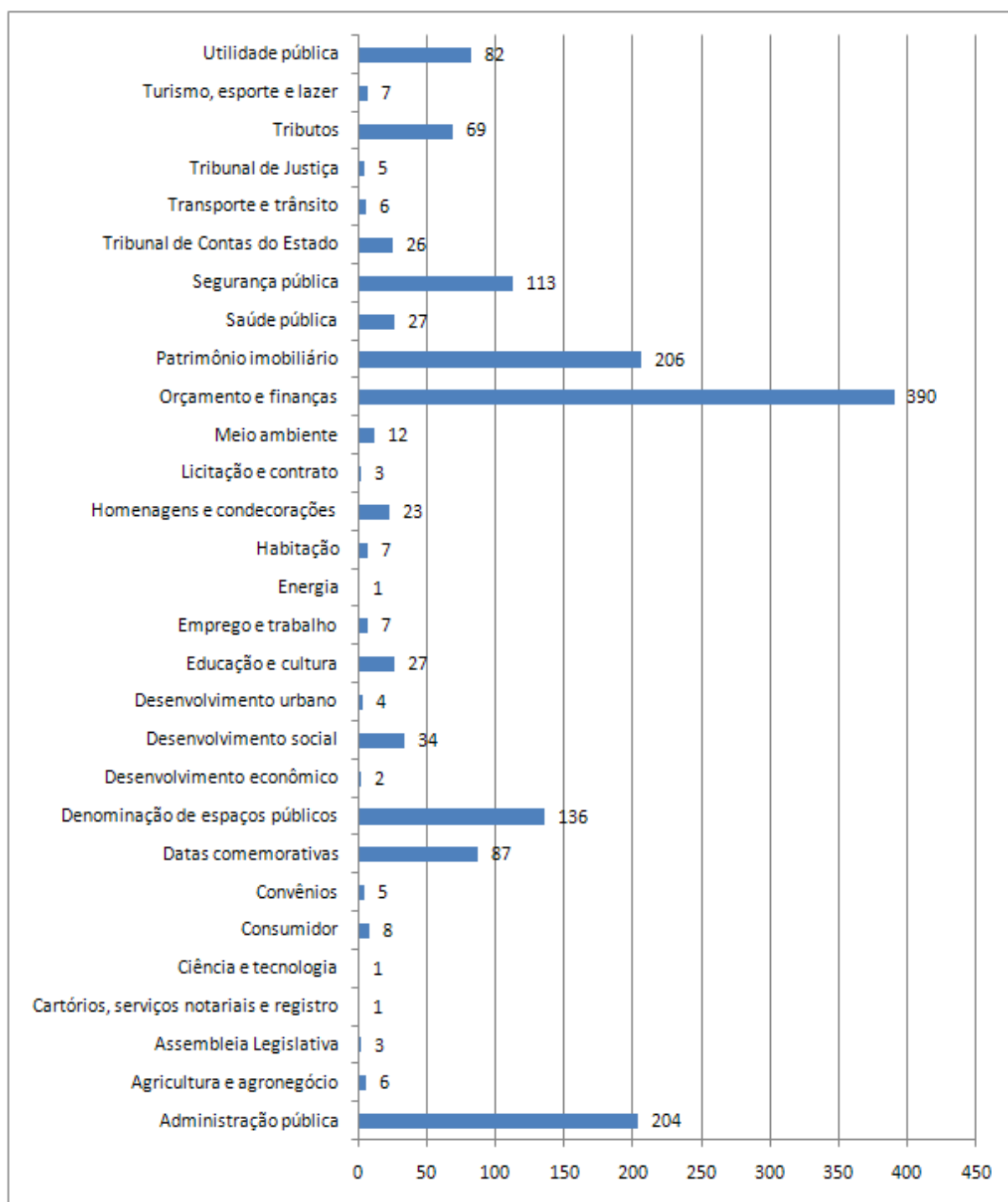
G3. Número de normas jurídicas geradas por mês



T3. Normas jurídicas geradas por tema

TEMAS	Emenda Constitucional	Lei Complementar	Lei Ordinária	Decreto Legislativo	Decreto do Executivo	TOTAL
Administração pública	0	22	4	2	176	204
Agricultura e agronegócio	0	0	0	0	6	6
Assembleia Legislativa	0	2	1	0	0	3
Cartórios, serviços notariais e registro	0	0	0	0	1	1
Ciência e tecnologia	0	0	0	0	1	1
Consumidor	0	0	8	0	0	8
Convênios	0	0	0	0	5	5
Datas comemorativas	0	0	85	0	2	87
Denominação de espaços públicos	0	0	123	0	13	136
Desenvolvimento econômico	0	0	1	0	1	2
Desenvolvimento social	0	0	8	0	26	34
Desenvolvimento urbano	0	2	0	0	2	4
Educação e cultura	0	0	0	0	27	27
Emprego e trabalho	0	0	3	0	4	7
Energia	0	0	0	0	1	1
Habitação	0	0	1	0	6	7
Homenagens e condecorações	0	0	0	0	23	23
Legislação	0	0	0	0	0	0
Licitação e contrato	0	0	1	0	2	3
Meio ambiente	0	0	3	0	9	12
Orçamento e finanças públicas	0	1	4	1	384	390
Patrimônio imobiliário	0	0	10	0	196	206
Previdência social	0	0	0	0	0	0
Saúde pública	0	1	8	0	18	27
Segurança pública	0	0	4	0	109	113
Tribunal de Contas do Estado	1	0	0	25	0	26
Transporte e trânsito	0	0	0	0	6	6
Tribunal de Justiça	0	3	2	0	0	5
Tribunal de Justiça Militar	0	0	0	0	0	0
Tributos	0	0	0	0	69	69
Turismo, esporte e lazer	0	0	1	0	6	7
Utilidade pública	0	0	82	0	0	82
TOTAL	1	31	349	28	1093	1502

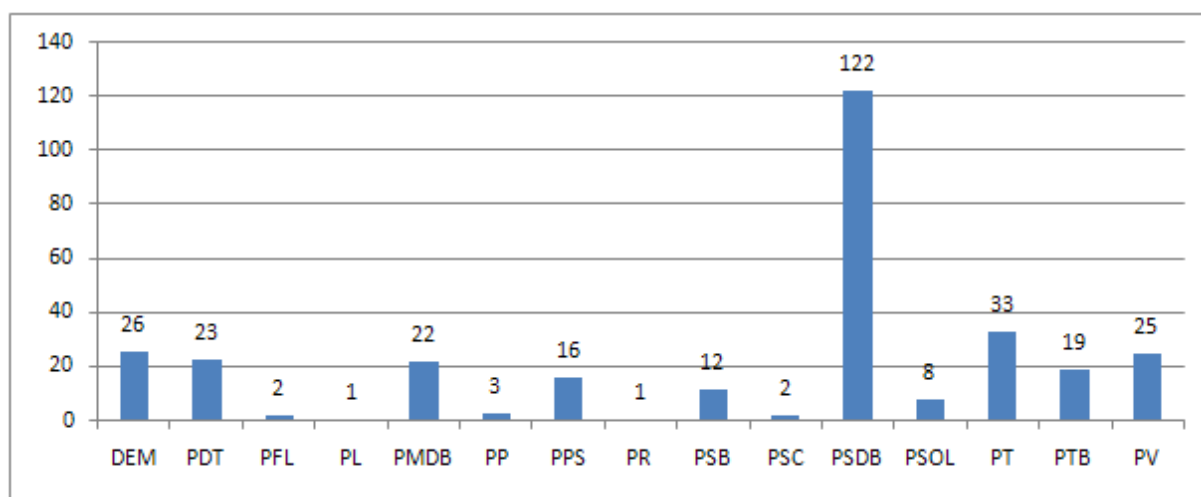
G4. Normas jurídicas geradas por tema



T4. Normas jurídicas geradas por partido do deputado autor da proposição

TIPO DE NORMA	DEM	PDT	PFL	PL	PMDB	PP	PPS	PR	PSB	PSC	PSDB	PSOL	PT	PTB	PV	TOTAL
Emenda Constitucional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lei Complementar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lei Ordinária	26	23	2	1	22	3	16	1	12	2	122	8	33	19	25	315
Decreto Legislativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	26	23	2	1	22	3	16	1	12	2	122	8	33	19	25	315

G5. Normas jurídicas geradas por partido do deputado autor da proposição



T5. Tempo de tramitação das proposições que originaram normas jurídicas por iniciativa

INICIATIVA	Tempo de tramitação	10 anos ou mais	9 anos	8 anos	7 anos	5 anos	4 anos	3 anos	2 anos	1 ano	menos de 1 ano	TOTAL
Deputados		2	1	2	6	8	8	8	15	78	194	322
Comissões da Assembleia Legislativa		0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Mesa da Assembleia Legislativa		0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Governador		0	0	0	1	1	0	0	0	3	41	46
Tribunal de Justiça		0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	5
Procurador-Geral de Justiça		0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
TOTAL		2	1	2	7	9	8	8	15	83	246	381

T6. Tempo de tramitação das proposições que originaram normas jurídicas por tipo

TIPO DE PROPOSIÇÃO	Tempo de tramitação	10 anos ou mais	9 anos	8 anos	7 anos	5 anos	4 anos	3 anos	2 anos	1 ano	menos de 1 ano	TOTAL
PEC		0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
PLC		0	0	0	1	1	0	0	0	3	26	31
PL		2	1	2	6	8	8	8	15	80	219	349
TOTAL		2	1	2	7	9	8	8	15	83	246	381

T7. Vetos do governador às proposições aprovadas na Assembleia Legislativa

TIPO DE PROPOSIÇÃO	Veto Parcial	Veto Total	TOTAL
PEC	0	0	0
PLC	0	0	0
PL	17	1	18
TOTAL	17	1	18

ANEXO I

Temas mais frequentes das normas geradas

Temas mais frequentes das normas de autoria do Poder Legislativo

TEMAS	Emenda Constitucional	Lei Complementar	Lei Ordinária	Decreto Legislativo	TOTAL
Denominação de espaços públicos	0	0	122	0	122
Datas comemorativas	0	0	83	0	83
Utilidade pública	0	0	82	0	82
Tribunal de Contas do Estado	1	0	0	25	26
Consumidor	0	0	8	0	8
TOTAL	1	0	295	25	321

Obs.: Inclui Emendas Constitucionais e Leis de autoria de Deputados, Comissões da Alesp e Mesa Diretora da Alesp e Decretos Legislativos.

Temas mais frequentes das normas de autoria do Poder Executivo

TEMAS	Emenda Constitucional	Lei Complementar	Lei Ordinária	Decreto do Executivo	TOTAL
Orçamento e finanças públicas	0	0	4	384	388
Patrimônio imobiliário	0	0	10	196	206
Administração pública	0	20	2	176	198
Segurança pública	0	0	0	109	109
Tributos	0	0	0	69	69
TOTAL	0	20	16	934	970

Obs.: Inclui Emendas Constitucionais e Leis de autoria do Governador e Decretos do Executivo.

ANEXO II

Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI)

Contra a Lei 14.364, de 15 de março de 2011, foi proposta em 20 de junho de 2011 a ADI 4633, que tramita no Supremo Tribunal Federal. O autor da proposição foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A Lei 14.364/2011 determina que sejam instaladas divisórias individuais entre os caixas e os clientes que aguardam atendimento em instituições bancárias.

Texto da norma:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei%20n.14.364,%20de%2015.03.2011.htm>

Texto da petição inicial:

<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=1309191&tipo=TP&descricao=ADI%2F4633>

Referências:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

Constituição do Estado de São Paulo

<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/constituicao%20de%2005.10.1989.htm>>

Diário Oficial do Estado de São Paulo

<http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx#11/04/2012>

Anuário Estatístico das Atividades Legislativas de 2008 da Câmara dos Deputados

<<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/anuario-estatistico-do-processo-legislativo>>